

Trabalho de Conclusão de Curso (2023)

A MOEDA SOLIDÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE NAS CIDADES DE PUREZA E SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

Giovana Braga Ferreira¹, Álvaro Fabiano Pereira de Macedo²

Resumo: A economia solidária é um modo de produção baseado na coletividade, visando o interesse comunitário. Dentro dela temos as finanças solidárias, que trazem alternativas ao modelo de finanças tradicionais, que promovem a exclusão da parcela mais necessitada da população. A presente pesquisa teve como objetivo identificar os desafios encontrados pelos mecanismos de finanças solidárias que impediram sua longevidade nas cidades potiguares de Pureza e São Miguel do Gostoso, objetivando apontar formas de superá-los. A metodologia utilizada foi um estudo de caso múltiplo nos municípios de São Miguel do Gostoso e Pureza, sendo realizadas duas entrevistas com responsáveis diretos pela fundação de tais Bancos. Os principais resultados encontrados foram que os bancos apresentam desafios para manutenção do pessoal envolvido nas atividades diárias, como também de sua sede, resistência por parte da população, dificuldade na captação de recursos após o governo cessar seus repasses, extravio da moeda e a falta de comunicação com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Por fim, conclui-se que as moedas sociais assumem importante papel de incentivo ao comércio local e seus Bancos realizam um processo de democratização ao acesso a crédito, porém para a manutenção das atividades a longo prazo necessita-se da implantação de políticas públicas e colaboração de instituições privadas.

Palavras-chave: Moeda Social. Bancos Comunitários. Economia Solidária. Rio Grande do Norte.

Abstract: The solidary economy is a mode of production based on the community, aiming at the community interest. Within it we have solidarity finance, which brings alternatives to the traditional finance model, which promotes the exclusion of the most needy portion of the population. This research aimed to identify the challenges encountered by the solidarity finance mechanisms that prevented their longevity in the potiguar cities of Pureza and São Miguel do Gostoso, aiming to point out ways to overcome them. The methodology used was a multiple case study in the municipalities of São Miguel do Gostoso and Pureza, with two interviews being carried out with those directly responsible for the foundation of these banks. The main results found were that banks present challenges in maintaining the personnel involved in daily activities, as well as their headquarters, resistance from the population, difficulty in raising funds after the government ceases its transfers, currency loss and lack of communication with the Brazilian Network of Community Banks. Finally, it is concluded that social currencies play an important role in encouraging local commerce and their banks carry out a process of democratization of access to credit, but for the maintenance of long-term activities it is necessary to implement public policies and collaboration from private institutions

¹ Bacharelanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).
giovana.ferreira@alunos.ufersa.edu.br

² Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).
alvarofabiano@ufersa.edu.br

Key words: Social currency. Community Banks. Solidarity economy. Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

Com a ampla adoção do capitalismo como forma majoritária de reger as relações socioeconômicas, formou-se uma economia que gera benefícios a uma minoria da população. Assim, sendo capaz de produzir muitos bilionários, mas incapaz de promover uma vida economicamente mais igualitária, o mercado impulsiona a humanidade a situações cada vez mais catastróficas. (MOSTAGI et al., 2019).

O Estado acaba se tornando o principal responsável por implantar políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, a fim de que os efeitos da desigualdade social sejam extinguidos ou ao menos minimizados. Entretanto, nem sempre essas políticas de desenvolvimento têm a abrangência necessária. No caso do Brasil, com um território tão extenso e populoso, é compreensível que o governo não consiga agir em todas as regiões carentes, sendo necessárias alternativas aos programas implementados por ele. É nesse cenário que a economia solidária surge (BRITO; OLIVEIRA, 2019).

A economia solidária é o “modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10). Ou seja, nesta modalidade, os indivíduos participantes na atividade econômica passam a cooperar entre si, e não mais a competir, visando o interesse comunitário, não o individual e fortalecendo os laços sociais e a comunidade.

Em solo brasileiro a economia solidária já se evidenciava desde o início do século XX, quando o cooperativismo trazido pelos europeus foi apresentado (SINGER, 2002). Ainda assim, somente a partir das décadas de 1980 e 1990, com a crise social e o grande índice de desemprego, foi que a economia solidária conseguiu maior adesão. Uma das empreitadas mais famosas oriundas dos esforços feitos nessas décadas, é o Banco Palmas, o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) fundado no Brasil, em 1998, no Conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são uma das ferramentas utilizadas pela economia solidária para “realizar um trabalho de inclusão social através de crédito solidário, financiamento de produção e consumo local” (RAPOSO; FARIA, 2015, p. 552). Sendo uma iniciativa dos próprios moradores da região como alternativa aos bancos tradicionais, a fim de viabilizar a integração daqueles desprezados financeiramente, havendo a possibilidade de promoção do desenvolvimento dos territórios mais pobres e alteração do quadro de exclusão social e econômica.

Todavia, somente a partir de 2003 com a promulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), instância do Ministério do Trabalho (MTE), houveram maiores esforços do Estado para o fortalecimento desse modelo econômico em nosso país, reconhecendo o benefício que essas iniciativas trazem para o desenvolvimento social e político na região onde se implementam. Desde então, de acordo com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o Brasil conta com 103 BCDs, que atuam com moedas sociais circulantes, créditos solidários para produção ou consumo, sem juros ou a juros baixos, entre outros serviços. (INSTITUTO BANCO PALMAS, s.d.)

No Rio Grande do Norte, segundo levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é apontado como mediano, sendo estimado em 0,684 (IBGE 2010). Além disso, com base em dados de 2020, cerca de 353.416 dos potiguares encontram-se em situação de pobreza extrema. Considerando este cenário, as cidades de Pureza e São Miguel do Gostoso, localizadas no interior do estado, e com uma população por volta de 10.000 habitantes, viram a economia solidária como uma alternativa para sobrepujar a pobreza local e fortalecer sua economia, com a implementação de um BCD e moeda social local.

O Banco Solidário do Gostoso (BSG), assim como o Banco Comunitário de Pureza (BCP), foram criados nas comunidades rurais de Tabua e Bebida Velha respectivamente, com o auxílio da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES) da Universidade Federal

da Bahia (UFBA), através de editais lançados pela extinta SENAES, que visavam promover e fortalecer a economia solidária no Brasil. Entretanto, desde o seu estabelecimento nas comunidades, até os dias atuais, tornou-se inviável o funcionamento de tais bancos, culminando no atual estado de reestruturação, no qual os bancos tiveram de paralisar as atividades e recolher as moedas já circulantes.

Partindo do contexto exposto, o presente estudo pretende sanar a seguinte questão norteadora: **quais os desafios encontrados pelos mecanismos de finanças solidárias que impediram sua longevidade nas cidades norte riograndenses de Pureza e São Miguel do Gostoso e como superá-los em caso de reabertura?**

Fundamentando-se nesta problemática, este trabalho tem como objetivo geral identificar os desafios encontrados pelos mecanismos de finanças solidárias que impediram sua longevidade nas cidades norte riograndenses de Pureza e São Miguel do Gostoso, objetivando apontar formas de superá-los. Apresentando como objetivos específicos: a) conhecer o contexto social e econômico no qual os BCDs e suas moedas estavam inseridos; b) determinar quais desafios se manifestaram durante a existência desses mecanismos nas cidades; c) identificar se houveram políticas públicas que incentivaram o fortalecimento das finanças solidárias nesses municípios; d) propor, com base nos desafios encontrados e em casos de sucesso estudados, formas de assegurar a continuidade da instituição e de seu circulante.

Justifica-se desenvolver este estudo por buscar propiciar entendimento sobre as dificuldades encontradas no desenvolvimento econômico e social regional/local através das finanças solidárias, com base nas experiências de pequenas cidades do Rio Grande do Norte. Assim, a pesquisa contribui para o constructo teórico em torno do assunto, e com o avanço da pesquisa sobre economia solidária, no que envolve moedas sociais e bancos comunitários, visto este ser um assunto essencial no tocante ao cenário econômico brasileiro atual e as pesquisas ainda serem pouco abrangentes e divulgadas.

O artigo contará com quatro partes principais após a introdução, sendo o referencial teórico, os procedimentos metodológicos utilizados na construção do trabalho, posteriormente uma discussão dos resultados encontrados, culminando, por fim, nas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico aborda os conceitos e características relacionados a economia solidária, políticas públicas de desenvolvimento, bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais. Acorando-se nos estudos de autores que desenvolveram trabalhos nessa temática, dando não somente base textual para o fácil entendimento das discussões apresentadas posteriormente acerca dos dados coletados, mas também expondo os resultados obtidos por cada autor.

2.1 Economia solidária

Singer (2002) aponta que a economia solidária é marcada em sua história pelo reconhecimento e pela sua adoção após eventos que levaram a população a buscar medidas de sobrevivência coletiva, como durante as crises econômicas que geram elevados níveis de desemprego e exclusão social, a exemplo do Brasil na década de 1990.

Esse sistema econômico nasceu logo após o capitalismo industrial, como uma resposta ao empobrecimento de artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril de produção (SINGER, 2002). Ele é um modo de produção, em que a desigualdade e competição não são encaradas como práticas naturais, que adota como princípios práticas coletivas e associadas de capital, proporcionando liberdade individual. Unindo “a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (SINGER, 2002, p. 115), para ser superior ao capitalismo e proporcionar uma vida melhor aos seus praticantes e ao ambiente no qual estão inseridos, atuando de forma igualitária.

A economia solidária se desdobra em uma gama de alternativas ao sistema capitalista, capazes de mitigar os problemas oriundos da desigualdade social na localidade em que são

estabelecidas. Como cooperativas de consumo iniciadas na Inglaterra, as cooperativas de crédito idealizadas no século XIX, cooperativas de compra e venda, clubes de troca, entre outros (SINGER, 2002).

É nas contradições do capitalismo que a economia solidária cria oportunidades de desenvolvimento. Se manifestando por meio de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante (SINGER, 2002), desenvolvendo-se com base nas experiências encontradas na região.

Como apontam Souza e Souza (2018), é propósito da economia solidária dar chance para que comunidades excluídas saiam do esquecimento, aprendendo em conjunto e recuperando o sentido social da economia, enfrentando a desigualdade e a pobreza.

2.2 Políticas públicas de desenvolvimento

Segundo Mostagi et al. (2019, p. 213) “no Brasil, ao longo da história, foram geradas renda e riquezas capazes de proporcionar impactos significativos nas condições de vida de grande parcela da população”, entretanto, sendo o capitalismo um sistema que favorece apenas parte da população, sem preocupação com o bem-estar social geral, essas riquezas concentram-se nas mãos de bilionários que não estimulam o desenvolvimento econômico de classes marginalizadas pelo mesmo sistema que os tornam cada vez mais ricos.

É nesse contexto que o Estado é obrigado a intervir. É preciso implementar meios de mitigar a desigualdade entre as classes sociais, investindo em políticas socioeconômicas e alternativas ao capitalismo atual. Por meio de programas do governo, o Estado adota ações que geram oportunidade de “resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto emancipação” (SINGER, 2002, p. 112).

Um exemplo dessas políticas é o programa Bolsa Família, instituído desde 2003, para promover o acesso à educação e saúde e o direito à alimentação de milhares de famílias brasileiras que se encontram em situação de pobreza ou pobreza extrema. Ainda assim, há uma “deficiência de integração das políticas governamentais que agem nesse campo” (MOSTAGI et al, 2019, p. 120).

“Embora o crescimento e desenvolvimento sejam desejáveis por parte do governo este nem sempre consegue fomentá-los de modo homogêneo”, como destacam Brito e Oliveira (2019 p. 34). São inúmeros os fatores que impossibilitam o governo de atingir toda a população que necessita do seu assistencialismo, então, para driblar essa conjuntura, a comunidade se mobiliza para impedir a evacuação da população e a miséria iminente, adotando práticas solidárias em seu convívio, sendo no espaço regional onde a diferença deverá acontecer.

2.3 Bancos comunitários de desenvolvimento

Ainda em meados do século XIX era possível notar o começo de uma inovação social de destaque para o ramo das finanças solidárias. Dois alemães, Hermann Schulze-Delitzsch e Friedrich Wilhelm Raiffeisen, desenvolveram as chamadas cooperativas de crédito, a fim de permitir que os pobres, aos quais não bastava poupar para enfrentar as incertezas da economia, tivessem acesso a empréstimos sem estarem sujeitos as condições dos agiotas. Sempre abertas a receber aqueles que necessitassem de seu serviço, sem distinção de classe ou profissão, era assim que as cooperativas de crédito funcionavam. A garantia das concessões era basicamente o caráter dos integrantes, e a cada empréstimo haviam dois membros para endossá-lo, dessa forma, assegurando a longevidade da cooperativa e a confiança dos associados nas relações estabelecidas. (SINGER, 2002)

Compartilhando alguns princípios das cooperativas de crédito, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento “surgem a partir da exclusão social ou abandono por parte do sistema financeiro tradicional” (BRITO; OLIVEIRA, 2019, p. 28), sendo uma alternativa a este. Os BCDs “geralmente atuam localmente e funcionam de forma auto gestionária” (SILVA, 2019, p. 34). Estando voltados para a geração de trabalho e renda na comunidade em que foram implementados, tendo por base os princípios da Economia Solidária.

As principais características desse meio alternativo de sanar problemas sociais, são, como já apontado, a autogestão, essência dos empreendimentos de cunho solidário, onde a

própria comunidade torna-se gestora e proprietária do mesmo, havendo a possibilidade efetiva de desenvolvimento humano (SINGER, 2002). Dessa forma, as decisões costumam ser tomadas em assembleias ou plenárias dos moradores, contribuindo para a confiança no empreendimento e assegurando um “sentimento de pertencimento” a comunidade (PRIM; AGUIAR; DANDOLINI, 2017, p. 74).

Com atuação em territórios que apresentam alto grau de desigualdade e exclusão social, que contêm preferencialmente com até 50.000 habitantes, os BCDs dispõem de modalidades de crédito em numerário nacional e em numerário social circulante, e linhas de crédito que estimulam a rede local de produção e consumo, assim como apoiam os empreendimentos regionais.

Raposo e Faria (2015) atestam que a introdução de um BCD em comunidades esquecidas e marginalizadas pelas instituições financeiras habituais permite não somente o acesso facilitado a meios alternativos de crédito para consumo e fortalecimento das relações produtivas locais, mas também o desenvolvimento político e o cultural. Pois o BCD “realiza novas parcerias e projetos com órgãos governamentais, desenvolve atividades de capacitação e formação para seus moradores, entre inúmeras outras ações” (RAPOSO, FARIA, 2015, p. 567). O que confere dignidade e segurança ao morador da região. Mas para tanto, a efetiva participação da população é imprescindível, tendo em vista que esse envolvimento é de caráter não obrigatório.

Ainda assim, o apoio a esses pontos de fomento ao desenvolvimento regional, mantem-se fracos. Ocorrendo até mesmo uma fase de marginalização desse método no início, sem reconhecimento legal ou marcos regulatórios, sucedendo somente nos últimos anos para o legítimo reconhecimento do impacto positivo que ele traz para as comunidades onde são implementados, a partir da criação da SENAES em 2003 pelo governo federal.

Todavia, mesmo com o recente reconhecimento, os BCDs passaram a ser reféns do próprio sistema desigual ao qual combatem em suas sociedades. Devido à falta de investimentos, as formas de captação de recursos para continuação de suas atividades são escassas, valendo-se de fundos solidários e editais do governo federal. Mesmo assim, como Raposo e Faria (2015, p. 567) apresentam em seu estudo, é possível notar que “bancos surgidos com o apoio do poder público são mais fortalecidos”, pois a ajuda financeira da qual eles dispõem facilita seu funcionamento e o desenvolvimento de ações que empoderam o território.

Os BCDs oferecem uma rica possibilidade de serviços. Onde dentro destes, se mostram mais difundidas a prática do crédito solidário em moeda nacional, por meio da concessão junto a agentes financeiros, com juros reduzidos em comparação ao mercado, que permitem aos pequenos empreendedores investirem em seus negócios. O crédito para consumo, em moeda social, sem juros, que faz a economia local girar, cartão de crédito popular solidário aceito pelos estabelecimentos locais, e a efetiva circulação de uma moeda social própria, sendo equivalente ao numerário nacional, passiva de câmbio e que carrega características da região (INSTITUTO BANCO PALMAS, s.d.).

2.4 Moeda social

A moeda tem sido vista ao longo da história como um instrumento de troca, atribuindo valor que consideramos justo a objetos e serviços frutos da nossa produção e desejo de consumo. Todavia, Silva (2019, p. 19) afirma que “o dinheiro não é apenas uma forma material em si ou uma forma de padronização e valoração de bens e serviços. O dinheiro é carregado de valor simbólico que ultrapassa o econômico”. Ele é uma das maiores ferramentas que confere a estrutura das relações no capitalismo, definindo as relações entre pessoas.

Dentro de uma realidade em que não há apenas um sistema econômico, mesmo que o capitalismo enraizado ofusque métodos mais inclusivos e menos desiguais, existem moedas complementares as nacionais. Essas nascem em diferentes contextos, detendo especificidades a cada uma dessas situações e não competindo com o numerário oficial, mostrando-se como “um instrumento de liberdade e exercício de autonomia por parte da comunidade, pois sua gestão é participativa e autônoma” (BRITO; OLIVEIRA, 2019, p.31)

Prim, Aguiar e Dandolini (2017) evidenciam que as moedas sociais nascem no âmbito das finanças solidárias, dentro dos BCDs, como forma de servir a comunidade na qual foi inserida, com características locais, originadas a partir de um pacto entre pessoas e comércio, tendo restrição de uso no espaço, além da inexistente incidência de juros. Além disso, o câmbio entre ela e a moeda nacional é possível, já que ambas apresentam valores equivalentes, o que permite que transações essenciais fora da comunidade possam ser mantidas.

Com a circulação da moeda social restrita à sua comunidade, há um impulso para a geração de trabalho e renda, permitindo que a riqueza não fuja daquela região, se tornando um mecanismo de empoderamento local (MOSTAGI et al., 2019). Nela estão contidos elementos de segurança, assim como nas moedas nacionais, mas que a tornam ainda mais seguras, pois em caso de extravio, a moeda não tem serventia fora da comunidade.

Em sua análise, Raposo e Faria (2015) concluem que a circulação da moeda social, permite ao morador a capacidade de examinar seus próprios gastos, analisar qual o poder de seu consumo e da produção para gerar desenvolvimento local, possibilitando ainda, que o comerciante local tenha aumento de seu faturamento, assim viabilizando-o a reinvestir em seu comércio. Sendo o foco a melhoria na qualidade de vida, não de lucro individual.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Booth, Colomb e Williams (2008) comparam a arte da pesquisa com o garimpo de ouro, onde colhe-se uma grande porção de material bruto para que uma parte seja escolhida e o resto seja descartado. Dessa forma, é importante que hajam etapas na construção da pesquisa que sirvam como um roteiro ao pesquisador, guiando-o sobre a escolha de qual material colhido será fundamental para o seu trabalho e dará base para as discussões e conclusões do estudo e qual parte será irrelevante.

Sendo assim, para identificar quais causas levaram os BCDs e suas moedas sociais a extinguirem suas atividades nos municípios interioranos do Rio Grande do Norte, esse estudo parte do arcabouço teórico de pesquisas anteriores específicas a temática, obtidas por meios de revistas e periódicos eletrônicos, anais de congressos, web sites e livros. Tratando-se de um estudo qualitativo, preocupando-se em produzir conhecimento aprofundado acerca do tema apresentado, ao invés de traduzir em números os resultados encontrados. De natureza aplicada, pois como afirma Gerhardt e Silveira (2009) é de seu objetivo gerar conhecimentos que possibilitem solucionar problemas específicos que envolvem interesses locais. Possuindo ainda caráter exploratório, por levantar informações inéditas acerca dos dois BCDs presentes no Rio Grande do Norte, assim como de suas respectivas moedas sociais.

A experiência do estado potiguar foi selecionada devido sua investida recente na questão, contando apenas com duas moedas sociais circulantes provenientes de BCDs, em cidades distintas de seu território. Atrelado ao escasso debate sobre o assunto na região, em conjunto com as poucas pesquisas desenvolvidas expondo a realidade dos BCDs desse estado, mesmo que tenha sido notório o crescimento de pesquisas que abordam o tema em diferentes experiências brasileiras.

Quanto à estratégia de investigação, foram combinados dois métodos, o estudo de caso, que é “uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2005, p. 32). Manifestando-se de forma descritiva, devido esse tipo de estudo possibilitar apresentar um relato detalhado do fenômeno analisado. E a pesquisa com *survey*, que trata de colher informações “diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter” (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 39). Neste trabalho, as fontes abordadas foram dois filiados, ativos até o momento das entrevistas, das associações que iniciaram os trâmites para a fundação dos Bancos e suas moedas.

Utilizando como instrumento de coleta entrevistas semiestruturadas desenvolvidas a partir dos estudos apreciados. Sendo composta por 28 questões abertas, permitindo ao entrevistado explanar não somente sobre as perguntas propostas, mas também trazer assuntos identificados como essenciais e que não estiveram inclusos no roteiro. Ambas foram realizadas e transcritas no mês de abril de 2021, sendo a primeira no dia 13 e a segunda no

dia 14. As entrevistas ocorreram por meio de videoconferências entre os entrevistados e entrevistadores, possibilitando a gravação para transcrição e posterior análise de dados. Para garantir a anonimidade dos entrevistados, iremos nos referir a eles como Entrevistado 1 e Entrevistado 2 ao longo do texto.

Para analisar os dados e propor soluções a questão levantada neste trabalho, o método aplicado é a análise categorial, que a partir da leitura das entrevistas transcritas possibilitou montar 5 categorias agrupadas de modo sistemático e objetivo, de acordo com a literatura base, sendo suficientes para abarcar todas as respostas.

Quadro 1 – Categorias utilizadas no estudo

Políticas públicas	Políticas públicas são o conjunto de ações, programas e decisões tomadas pelo Estado em resposta às demandas da sociedade , com o objetivo de garantir direitos, promover o bem-estar social e reduzir as desigualdades (SECCHI, 2010).
Participação social	A participação social refere-se à integração dos cidadãos no processo decisório de determinadas políticas públicas, criando uma rede coletiva de colaboração . (MILANI, 2008)
Serviços financeiros nos bancos comunitários	Os bancos comunitários procuram fornecer serviços financeiros acessíveis e de qualidade a populações desatendidas pelos bancos tradicionais, e, dessa forma, promover o desenvolvimento econômico local (LUBRANO-LOPEZ, 2007).
Benefícios sociais e econômicos da moeda	O uso de moedas sociais pode trazer benefícios sociais e econômicos, como o estímulo à economia local , a promoção do comércio justo, a criação de redes solidárias e a inclusão social de grupos marginalizados (GONÇAVES, 2019).
Desafios das finanças solidárias	Os desafios enfrentados pelas finanças solidárias estão relacionados à sua capacidade de se estabelecer como uma alternativa viável às finanças convencionais e de se manter fiel a seus princípios solidários , ao mesmo tempo em que busca garantir sua sustentabilidade financeira . (FONSECA, 2013, p. 43)

Fonte: Os autores (2023).

As palavras em negrito contidas no quadro são aquelas estabelecidas como palavras chaves dentro dos conceitos expostos para cada categoria. Relacionando-se com as palavras chaves citadas, foram inseridos comentários extraídos das entrevistas, de forma a uni-los a um conceito de autores sobre o tema. Assim, no final, sendo possível demonstrar se os entendimentos acerca do tema por parte dos entrevistados estavam em concordância com o conceito determinado por esses autores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Categoria 1 – Políticas Públicas

A criação de um Banco Comunitário e de uma moeda social surge da necessidade de crédito e financiamento para produtores e consumidores locais. O Banco Comunitário de Desenvolvimento demonstra a importância da participação da comunidade na criação de soluções financeiras para populações em situação de vulnerabilidade econômica. Essas iniciativas podem ser fortalecidas através de políticas públicas que incentivem a criação de BCD, como o Programa Nacional de Financiamento à Economia Solidária (PRONAFES), que

tem como objetivo "contribuir para o desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades rurais e urbanas mais pobres do Brasil" (SENAES, 2010).

Além do apoio do Governo Federal e da Universidade Federal da Bahia que incentivou a criação do BCD, a motivação de crédito também foi um fator preponderante, afirma o Entrevistado 1:

A motivação maior era a necessidade de crédito, de ter crédito para produzir e para consumir, né. Então surgiu e a motivação maior foi essa, ter uma instituição que oferecesse esses serviços financeiros de forma desburocratizada, né, com base na confiança.

No entanto, a implementação do banco e da moeda encontrou dificuldades, como a desconfiança da população em relação a um novo modelo de instituição financeira. De acordo com o entrevistado 1,

Uma dificuldade é que o novo sempre estranha né, as pessoas tem o estranhamento com o novo, né.(...) Então, parte da população, parte da comunidade tinha essa desconfiança, né.

Essa iniciativa de criação de Bancos Comunitários e moedas sociais se insere em políticas públicas de economia solidária, que buscam a inclusão financeira de comunidades locais, fortalecimento da economia local e redução da desigualdade social. Essas políticas têm sido implementadas em diversos países e podem promover o desenvolvimento econômico sustentável (FERNANDES, 2015). O Entrevistado 1, afirma que o Banco Comunitário chegou por meio das políticas públicas,

Esse banco chegou aqui através de um, de um processo de expansão dos bancos, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Governo Federal, que tinha um projeto de expandir os bancos comunitários no Brasil, né. E aqui no Nordeste através da UFBA, Universidade Federal da Bahia.

Além disso, a criação de bancos comunitários e moedas sociais também está relacionada à agenda da ONU de desenvolvimento sustentável, em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, que busca promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.

Essas iniciativas de economia solidária e inclusão financeira podem ajudar a reduzir a exclusão social e a pobreza, fortalecendo a economia local e criando novas oportunidades para comunidades vulneráveis (CARNEIRO, 2013).

O Banco Comunitário de Desenvolvimento foi criado por iniciativa da Associação de Mulheres, Jovens e Produtores de Tabua, com o objetivo de fomentar a economia local e combater a exclusão financeira. Para sua criação, foram utilizados diversos meios de captação de recursos, como doações pessoais, rifas, bingos, torneios de futebol e aporte financeiro de instituições, como a Associação de Apoio às Comunidades Carentes (AACC), o Sindicato da Agricultura Familiar e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

Segundo o Entrevistado 1, o investimento inicial para constituir o banco e iniciar a circulação da moeda foi de R\$ 1.900,00. Já o segundo Entrevistado complementa que a Secretaria Nacional de Economia Solidária também contribuiu com recursos para capacitações e impressão da moeda social, além de doações pessoais.

Quanto ao custo de manutenção e impressão da moeda e do banco, o Entrevistado 1 afirma que dentro do projeto da SENAES, já estava prevista a impressão da moeda, enquanto a legalização do banco é de responsabilidade da associação. Já o entrevistado 2 destaca que a impressão da moeda foi realizada pela ITES em São Paulo, utilizando papel semelhante ao utilizado no Real.

O BCD de São Miguel do Gostoso é um exemplo de iniciativa de economia solidária que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento local, promover a inclusão financeira e

combater a pobreza. Essas ações estão alinhadas com políticas públicas de incentivo à economia solidária, que foram implementadas no Brasil nas últimas décadas. A SENAES, responsável por apoiar iniciativas de economia solidária, tem como objetivo promover a inclusão social e a geração de renda por meio do fortalecimento de empreendimentos solidários. Além disso, o Plano Nacional de Economia Solidária (PNES) prevê o fortalecimento de iniciativas de bancos comunitários como forma de promover a circulação de riquezas nas comunidades e combater a exclusão financeira (SENAES, 2018).

4.2 Categoria 2 – Participação Social

O BCD é uma iniciativa que busca a criação de uma instituição financeira autônoma, gerida pela própria comunidade e com foco no desenvolvimento local. Durante as entrevistas, foi destacada a importância da participação social no sucesso do projeto e como o BCD demonstra a relevância da criação de soluções financeiras para populações em situação de vulnerabilidade econômica. Além disso, foi mencionado pelo Entrevistado 1 que 60% das liberações de crédito foram para mulheres, principalmente para consumo. Enquanto a média mensal de empréstimos era de 20 a 22, entre produção e consumo, destacando-se mais uma vez a modalidade de consumo. Segundo o Entrevistado 1, os comerciantes movimentavam cerca de R\$ 9.000,00 por mês. No entanto, não havia dados sistematizados sobre a faixa etária e gênero dos clientes atendidos.

Sobre a participação social, o Entrevistado 1 explicou que a liberação de crédito era restrita, inicialmente, para pessoas que moravam dentro da comunidade onde o Banco estava localizado. Porém, a longo prazo, havia a ideia de expandir o acesso para outras comunidades. Isso demonstra a importância da participação ativa dos membros da comunidade no projeto, já que eles são os principais beneficiados.

Em contrapartida, o Entrevistado 2 acrescentou que o banco atuava em três comunidades, na comunidade de Bebida Velha, no assentamento Paulo Freire e na comunidade Lagoa de Prata, onde os comerciantes aceitavam a moeda social, chamada de Cristalina.

O BCD demonstra a importância da participação da comunidade na criação de soluções financeiras para populações em situação de vulnerabilidade econômica. Essas iniciativas podem ser fortalecidas através de políticas públicas que incentivem a criação de Bancos Comunitários, como o Programa Nacional de Financiamento à Economia Solidária (PRONAFES), que tem como objetivo "contribuir para o desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades rurais e urbanas mais pobres do Brasil" (SENAES, 2010). Além disso, é fundamental que essas políticas sejam pensadas de forma inclusiva, levando em consideração as demandas e necessidades específicas das comunidades atendidas pelos Bancos Comunitários.

Em relação ao número de funcionários, o Entrevistado 1 menciona que foram contratadas duas pessoas para operar as ações diárias do banco, enquanto o Entrevistado 2 relata que inicialmente foram contratados três agentes de desenvolvimento local para fazer o cadastro e manter o atendimento. É interessante notar que, mesmo com uma equipe reduzida, o banco comunitário pode ter um impacto significativo no desenvolvimento local, desde que haja uma participação ativa da comunidade (SILVA, 2017).

Em resumo, as falas dos entrevistados destacam a importância da participação social e do engajamento dos agentes de crédito e desenvolvimento local para o sucesso do Banco Comunitário. Além disso, demonstram que mesmo com uma equipe reduzida, é possível alcançar resultados significativos no desenvolvimento local.

4.3 Categoria 3 – Serviços Financeiros

O Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) é uma iniciativa que visa criar uma instituição financeira autônoma gerida pela própria comunidade com foco no desenvolvimento local. Segundo o Entrevistado 1, o BCD oferecia três linhas de crédito: uma para produção, uma para consumo e outra para jovens. A linha de produção era destinada a empreendedores

que já estavam em início de atividade e liberava até R\$ 300,00 sem juros, enquanto a linha de consumo era de até R\$ 150,00. Já a linha de crédito para jovens era de até R\$ 50,00 sem juros. No entanto, havia uma taxa de abertura de crédito para todas as linhas.

De acordo com o Entrevistado 2, o custo de funcionamento do banco foi uma questão relevante, já que a ideia era oferecer um modelo diferente dos bancos convencionais, que cobram taxas de diversas naturezas. Por isso, a taxa de juros do BCD era consideravelmente baixa, em torno de 2% para empréstimos de consumo e 2,5% para empréstimos de produção, com um mês de carência. Essa abordagem pode ser vista como uma alternativa à lógica dos bancos convencionais, que muitas vezes impõem altas taxas de juros e exigem garantias de crédito elevadas, dificultando o acesso a financiamento para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica.

Essa iniciativa do BCD demonstra a importância da participação da comunidade na criação de soluções financeiras para populações em situação de vulnerabilidade econômica. Como afirmam Stiglitz e Rosengard (2015), às políticas públicas precisam buscar meios para promover a inclusão financeira, especialmente para aqueles que não têm acesso aos serviços financeiros convencionais. Nesse sentido, os Bancos Comunitários podem ser uma alternativa para proporcionar o acesso a serviços financeiros para comunidades mais pobres e aumentar a capacidade dessas populações de se desenvolverem economicamente.

4.4 Categoria 4 – Benefícios sociais e econômicos da moeda

A iniciativa do BCD em São Miguel do Gostoso e na Comunidade de Bebida Velha em Pureza se mostrou bastante efetiva em contribuir para o desenvolvimento local por meio de seus serviços financeiros e da circulação da moeda social. Segundo o Entrevistado 1, os comércios que aceitavam a moeda local tiveram vantagem em relação aos que não aceitavam, pois a moeda só poderia circular no comércio que a aceitasse. Isso contribuiu para um aumento da circulação de dinheiro na comunidade, como destacado pelo Entrevistado 2.

Além disso, o apelo social do banco também teve grande importância, já que mostrou as cidades para o Brasil e para o mundo como uma comunidade que busca soluções próprias para seus problemas econômicos e sociais. Esse tipo de iniciativa comunitária tem ganhado destaque em todo o mundo como uma alternativa viável para promover o desenvolvimento local de forma mais justa e sustentável.

Estudos acadêmicos também apontam para os benefícios econômicos e sociais do uso de moedas sociais e bancos comunitários. Segundo o livro "Moedas Sociais e Desenvolvimento Local: Teoria e Prática" de Paul Singer, essas iniciativas podem ajudar a dinamizar a economia local, aumentar o poder de compra da população e promover o comércio justo e solidário. Além disso, ao incentivar a participação e o engajamento da comunidade na gestão desses projetos, é possível fortalecer a coesão social e promover a cidadania ativa.

Dessa forma, o BCD se mostrou uma iniciativa valiosa para o desenvolvimento econômico e social da comunidade local, contribuindo para a circulação de dinheiro e o fortalecimento do comércio local, além de promover a participação e o engajamento da população na busca por soluções próprias e sustentáveis.

4.5 Categoria 5 - Desafios das finanças solidárias

A utilização de moedas solidárias tem se mostrado uma alternativa viável para fomentar o desenvolvimento econômico em comunidades carentes. No entanto, o sucesso dessa iniciativa não vem sem desafios.

Em entrevista com membros dos BCDs, eles destacaram as principais dificuldades enfrentadas no dia a dia da instituição. Um dos maiores desafios é a manutenção do Banco, que requer a presença diária de uma pessoa para organização e manutenção do controle interno da organização, além de rodar os comércios, garantindo que os comerciantes estejam com moeda social suficiente para realizar a troca. Além disso, é preciso ter um agente disponível exclusivamente para o banco, o que pode ser difícil em uma comunidade que depende do trabalho informal.

Outro desafio enfrentado pelo Banco foi o estabelecimento de sua sede, que sendo situada na comunidade em que circulava a moeda, gerava falta de investimentos e parcerias advindas de grandes geradoras de crédito. O Entrevistado 1 aponta:

A comunidade de Tabua fica a 10km da sede do município, e é uma comunidade pequena, então o banco, a Caixa, não viu viabilidade de manter um correspondente na comunidade... A gente não conseguiu viabilizar o correspondente bancário através da Caixa, nem através do Banco do Brasil, não conseguimos.

Também houve a resistência da população e dos comerciantes quanto à utilização da moeda. Apesar de terem realizado uma mobilização geral no município para explicar a iniciativa, nem todos os comerciantes aderiram. Houve estranheza e desconfiança em relação à moeda, que alguns acreditavam ser falsa ou ineficaz. No entanto, a comunidade como um todo aceitou bem a iniciativa, como afirma o Entrevistado 1:

A comunidade aceitou né, aqui na comunidade todos os comércios aceitavam. Na comunidade de Tabua todos os comércios aceitaram. O cara da borracharia... O cara que tinha o barzinho... No fim, todo mundo aceitou.

Ademais, fora dos desafios mencionados pelos entrevistados, há outros obstáculos que dificultaram a implementação de moedas solidárias. Segundo Baptista (2011), é comum haver falta de recursos financeiros e humanos, além de dificuldades para estabelecer parcerias com outras instituições. Além disso, devido ao porte turístico das cidades, há o constante extravio da moeda de seu local de circulação, onde fora deste espaço, ela não terá uso efetivo, diminuindo e a quantidade de circulantes e dificultando sua implementação por todos os participantes da comunidade.

Para enfrentar esses desafios, é preciso investir em capacitação e formação de agentes comunitários, além de estabelecer parcerias com outras instituições e governos locais. Ademais, é importante ter um sistema de controle e transparência eficiente, que permita a todos os usuários acompanhar a movimentação da moeda. Ações que provavelmente seriam facilitadas com um maior contato com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, mas como aponta o Entrevistado 2:

Essa rede é uma rede muito subjetiva, ela não tem uma... ela não tinha até então uma efetividade de discutir os problemas dos bancos, porque cada um tava muito preocupado na sua própria sobrevivência, na sua própria continuidade e não dava tempo de auxiliar e de manter os outros.

Apesar das dificuldades, a utilização de moedas solidárias se mostrou uma alternativa viável e eficaz para fomentar o desenvolvimento econômico em comunidades carentes. Como destacam Almeida e Lavinias (2011), essas iniciativas podem contribuir para a redução da exclusão financeira e para a promoção de uma economia mais solidária e justa. No entanto, é preciso estar atento aos desafios e trabalhar de forma colaborativa para superá-los.

Ainda, os entrevistados discutiram a possibilidade de migrar para uma moeda digital, especificamente o e-dinheiro, para gerar renda em uma comunidade de 100 famílias. O e-dinheiro já é utilizado pelo Banco Palmas, uma referência em finanças solidárias no Brasil.

As finanças solidárias surgem como uma alternativa aos modelos tradicionais de finanças, que muitas vezes deixam de atender a população de baixa renda. Segundo Gadrey e Jany-Catrice (2017), essas finanças são caracterizadas pela solidariedade e cooperação, visando o desenvolvimento local e a inclusão financeira. O Banco Palmas é um exemplo de sucesso na aplicação desse modelo, atuando em comunidades de baixa renda em Fortaleza, Ceará.

No entanto, a migração para uma moeda digital pode trazer desafios, como a dificuldade de compreensão e implantação, como mencionado pelo Entrevistado 1. Isso pode

ser explicado pela complexidade das tecnologias envolvidas, o que pode gerar exclusão financeira para aqueles que não possuem acesso ou conhecimento suficiente para utilizá-las (LÉPINE, 2021).

Além disso, é importante considerar que a moeda digital ainda é uma novidade para muitas pessoas, o que pode gerar desconfiança e resistência em relação ao seu uso (HEPWORTH, 2021). Portanto, é necessário que haja um trabalho de conscientização e capacitação para a utilização dessas tecnologias, de forma a garantir sua efetividade e inclusão financeira para todos.

Em suma, a possibilidade de migrar para uma moeda digital como o e-dinheiro pode trazer benefícios para as finanças solidárias, como a geração de renda e inclusão financeira. No entanto, é importante considerar os desafios envolvidos, como a complexidade das tecnologias e a resistência de alguns usuários. É necessário que haja um trabalho conjunto entre as instituições financeiras e a população para garantir o sucesso da implantação dessas novas tecnologias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito básico do uso de uma moeda social local é incentivar a manutenção da circulação dos recursos na comunidade que a criou. Diante disso, este estudo objetivou identificar os desafios encontrados pelos mecanismos de finanças solidárias que impediram sua longevidade em cidades norte riograndenses, objetivando apontar formas de superá-los. Perante o exposto, para responder o questionamento deste estudo, "quais fatores suscitaram o encerramento das atividades dos BCDs e suas moedas sociais nos municípios potiguares de Pureza e São Miguel do Gostoso, e como suprimi-los em caso de reabertura?" Com as entrevistas foi possível chegar a tais conclusões:

- a) O Banco Comunitário apresenta desafios para seu funcionamento diário, já que é necessário ter pessoal disponível para atualização dos dados que envolvem a moeda e os serviços ofertados através desta, além da gestão das operações de troca de moeda social entre os comerciantes. Sendo atividades cruciais para o bom funcionamento de suas atividades, contudo, demandam tempo e dedicação que os próprios bancos não conseguem arcar devido a falta de investimentos;
- b) Um dos desafios significativos enfrentados pelo BCD é o local sede para desenvolver suas atividades, pois as associações que deram origem às suas operações geralmente estão localizadas em ambientes que impedem o crescimento dos seus serviços;
- c) Outro desafio foi a resistência encontrada por parte da população e dos comerciantes em relação à utilização da moeda social, que apesar de ser apresentada antes da efetiva utilização e grande parte da comunidade aceitar, muitos desconfiam do bem que ela pode trazer;
- d) Existe também o fator extravio, pois sendo ambas cidades turísticas no estado, aqueles que as visitam, na tentativa de levar consigo um *souvenir* da viagem, acabam por impedir a rotatividade da moeda dentro da região, sendo necessário novas levas de impressão;
- e) Por último, há falta de comunicação com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que peca pela falta de interesse nos novos Bancos e na continuidade de suas atividades.

Outro achado importante foi conhecer o contexto social e econômico no qual os BCDs e suas moedas estavam inseridos, que foi motivado pela necessidade de acesso a crédito e financiamento desburocratizados para produção e consumo na comunidade. A proposta inicial surgiu por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal, em parceria com a Universidade Federal da Bahia. A iniciativa despertou o interesse da comunidade e foi viabilizada através de edital lançado na época. A iniciativa se mostrou importante para o desenvolvimento econômico e social da região, promovendo o acesso a serviços financeiros de forma mais inclusiva e democrática.

Além deste, em relação às políticas públicas que incentivaram o fortalecimento das finanças solidárias nos municípios que foram instalados os BCDs, como é o caso do Programa Nacional de Financiamento à Economia Solidária (PRONAFES), que busca promover o desenvolvimento sustentável e solidário de comunidades rurais e urbanas mais pobres do Brasil (SENAES, 2010). O apoio do Governo Federal e da Universidade Federal da Bahia foi fundamental para incentivar a criação dos Bancos Comunitários existentes no Rio Grande do Norte, entre outros Bancos Comunitários em todo o país. Essas iniciativas são importantes para promover a inclusão financeira e econômica de comunidades marginalizadas e fortalecer a economia local.

Com base nos desafios enfrentados por bancos comunitários e em casos de sucesso já estudados, é possível apontar algumas formas de assegurar a continuidade dessas instituições e de sua moeda social. Em primeiro lugar, a diversificação dos serviços oferecidos. É importante que o banco atue não apenas como uma fonte de crédito, mas também como um espaço de formação e capacitação para a comunidade, oferecendo cursos e treinamentos nas áreas de gestão financeira, empreendedorismo e cooperativismo. Além disso, o banco pode atuar como um canal de distribuição para produtos locais, estimulando a economia da região.

A busca por parcerias com outras instituições também pode ser uma forma de assegurar a continuidade do banco e de sua moeda social. Essas parcerias podem incluir desde acordos com empresas locais, que aceitem a moeda social como forma de pagamento, até convênios com órgãos governamentais, que possam destinar recursos financeiros para o banco. Em resumo, para assegurar a continuidade do Banco Comunitário e sua moeda social, é preciso investir em mobilização e conscientização da comunidade, diversificação dos serviços oferecidos, busca por parcerias e adoção de um planejamento estratégico consistente.

Portanto, este estudo evidenciou a importância dessas iniciativas para fomentar a economia local e promover o desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades. Contudo, a criação e manutenção dessas instituições requer um forte comprometimento da comunidade, bem como o apoio de políticas públicas e instituições financeiras. É necessário ainda superar resistências e desconfianças em relação à moeda social, e buscar alternativas criativas para a sua circulação, como a realização de feiras e eventos comunitários. Como limitação deste estudo, a disponibilidade limitada de informações e dados sobre a experiência dos BCDs e sua moeda social. As informações coletadas foram baseadas em entrevistas com membros envolvidos na criação e manutenção do banco, bem como em relatórios e artigos publicados. No entanto, não foi possível acessar dados financeiros específicos ou avaliações mais aprofundadas sobre o impacto do banco na economia local.

Diante disso, é recomendável que estudos futuros sobre Bancos Comunitários e moedas sociais levem em consideração a coleta de dados mais detalhada, com um maior número de entrevistados e uma amostra mais diversa. Também é importante realizar análises mais aprofundadas sobre os impactos sociais e econômicos dessas iniciativas.

Outra recomendação é a realização de estudos comparativos entre diferentes experiências de Bancos Comunitários e moedas sociais em diferentes regiões do país e até mesmo em outros países, para identificar as práticas bem-sucedidas e os desafios enfrentados em cada contexto.

Por fim, é importante que sejam desenvolvidas políticas públicas que apoiem e incentivem a criação e a continuidade dessas iniciativas, especialmente em regiões com maior vulnerabilidade socioeconômica. Isso pode incluir o financiamento público para a criação de novos bancos comunitários e a criação de programas de capacitação e de apoio técnico para a gestão dessas instituições.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. F., & LAVINAS, L. Bancos comunitários e desenvolvimento local: limites e potencialidades. **Cadernos do CRH**, v. 24, n. 62, p. 99-112, jan. 2012.

BAPTISTA, A. (2011). Bancos comunitários: uma estratégia de inclusão financeira e desenvolvimento local sustentável. **RIBS - Revista Ibero-Americana de Economia Solidária**, v. 2, n. 2, p. 59-76, dez. 2019.

BOOTH, P.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRITO, E. C.; OLIVEIRA, C. M. Bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais: a experiência pioneira do banco de Palmas. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu v. 9, n. 2, p. 23-36, jul./dez. 2019.

CARVALHO, R. C. et al. (2016). Banco Comunitário: Um estudo de caso do Banco Palmas. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 2, p. 101-115, jun. 2016

FERNANDES, J. (2015). Economia solidária e desenvolvimento sustentável. **Revista Internacional Interdisciplinar - INTERthesis**, v. 12, n. 2, p. 148-165, dez.2015

GADREY, J., & JANY-CATRICE, F. Social and Solidarity Economy: A Green and Inclusive Path to Economic Growth? **Journal of Cleaner Production**, 166, p. 919-926, 2017. doi: 10.1016/j.jclepro.2017.08.070.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HEPWORTH, N. (2021). Digital currencies: Are they ready for primetime? *Business Information Review*, v. 38, p. 22-28. doi: 10.1177/0266382120980422.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento**, abr. de 2007. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/termo-de-referencia-dos-bancos-comunitarios-de-desenvolvimento/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/panorama>. Acesso em: 12 dez. 2020.

LEAL, L. P.; RIGO, A. S.; ANDRADE, R. N. Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento: explorando os dados do diagnóstico no nordeste do Brasil. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília v. 1, n. 60, p. 78-85, abr. 2016.

MILANI, C, R, S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 552-579, maio/jun. 2008.

MOSTAGI, N. C.; PIRES, L. L.; MAHNIC, C. L. P.; SANTOS, L. M. L. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande v. 20, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2019.

PRIM, M. A.; AGUIAR, R. R. S.; DANDOLINI, G. A. Banco Palmas: um caminho para o empoderamento comunitários através da inovação social. **Produção em Foco**, Santa Catarina, v. 7, n. 1, p. 64-78, abr./dez. 2017.

RAPOSO, J. G.; FARIA, M. S. Banco comunitário e moeda social: organização comunitária e desenvolvimento local. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 11, n. 22, p. 551-569, jul./dez. 2015.

RIGO, A. S.; FILHO, G. C. F.; LEAL, L. P. Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência das conchas em Matarandiba/BA. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Bahia, v. 4, n. 2, p. 15-31, maio/ago. 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Programa Nacional de Financiamento à Economia Solidária (PRONAFES). Brasília, 2010. Disponível em: https://cdt.unb.br/images/CEDES/Plano_Nacional_de_Economia_Solidaria.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

SILVA, S. C., DE ARAÚJO K. D., ZUCCOLOTTO, R., PINTO, M. R. Análise epistemológica das propriedades fundamentais do problema, objetivos e hipóteses de artigos dos congressos USP e ENANPAD. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 4, p. 50-70, out./dez. 2013.

SILVA, G. P. da. **O Banco Comunitário: Um Estudo de Caso do Banco Palmas em Fortaleza - CE**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2017.

SILVA, S. L. P. **Políticas públicas de finanças solidárias: atores, disputas e projetos políticos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2019.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, B. S. S.; SOUZA, M. P. Reflexões sobre a moeda social e seu poder de comercialização em comunidades. In: Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 2, 2018, São Cristóvão, SE. **Anais eletrônico...** São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2018.

STIGLITZ, J. E., & ROSENGARD, J. K. **Economics of the public sector** (fourth edition). WW Norton & Company, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.